



**Redes dissidentes e a reinvenção das identidades
LGBTQIANP+: Mediações, interseccionalidades e
resistências¹**

**Dissident Networks and the Reinvention of LGBTQIANP+
Identities: Mediations, Intersectionalities, and Resistances in
Circulation**

Rafael Rodrigues Pereira²

Palavras-chave: Coletivos LGBTQIANP+. Mídia. Circulação de sentidos.

Resumo: O trabalho analisa como coletivos LGBTQIANP+ organizados em rede, especialmente nas periferias urbanas, constroem contra-narrativas midiáticas que desafiam os regimes normativos de gênero, sexualidade e corpo. A partir de uma abordagem qualitativa e semioprágmatca, são investigadas as formas de circulação de sentidos produzidos por esses coletivos nas mídias digitais. A pesquisa considera marcadores interseccionais como raça, classe, gênero e território, destacando práticas comunicativas que reinventam identidades de forma performativa, afetiva e política. O corpus consiste em coletivos, como Bixa Nagô, Coletiva Luana Barbosa e AfroBapho, que exemplificam resistências estéticas e discursivas. A análise evidencia como essas redes produzem novos imaginários sociais, tensionando discursos hegemônicos.

¹ Trabalho apresentado ao VII Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais. POSCOM-UFSM e ECA-USP.

² Bacharel em Letras Portugues pela Universidade de São Paulo. Graduando em Jornalismo pela Faculdade Católica Paulista. Especialista em Produção e Práticas Jornalísticas na Contemporaneidade pela Faculdade Cásper Líbero. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa/Portugal. Pesquisador das representações de gênero, sexualidade e interseccionalidades no campo do Jornalismo.



Abstract: This paper analyzes how LGBTQIAPN+ collectives organized in networks, especially in urban peripheries, construct media counter-narratives that challenge normative regimes of gender, sexuality, and the body. Through a qualitative and semiopragmatic approach, the study investigates the modes of meaning circulation produced by these collectives on digital platforms. The research considers intersectional markers such as race, class, gender, and territory, highlighting communicative practices that reinvent identities in performative, affective, and political ways. The corpus includes collectives such as Bixa Nagô, Coletiva Luana Barbosa, and AfroBapho, which exemplify aesthetic and discursive resistance. The analysis shows how these networks generate new social imaginaries, questioning hegemonic narratives.

Keywords: LGBTQIAPN+ collectives; Mediatization; Circulation of meaning.

1 Introdução.

Em tempos de disputas intensas pelos sentidos da democracia, dos direitos humanos e da dignidade das diferenças, os coletivos LGBTQIAPN+ vêm ocupando um papel central na produção de contra-narrativas que tensionam os regimes normativos de gênero, sexualidade e corporalidade. Este trabalho tem como objetivo refletir, sob uma abordagem teórico-empírica, sobre como esses coletivos, especialmente aqueles organizados em rede e atuantes nas periferias urbanas, constroem discursos e práticas de resistência que ressignificam as identidades em circulação, desestabilizando os marcos hegemônicos da representação midiática. Trata-se de pensar as mediações e midiatisações a partir de uma perspectiva semiopragmática, compreendendo os signos em sua articulação com sujeitos e práticas culturais que operam fora dos centros tradicionais de enunciação, levando em conta os atravessamentos de raça, classe, gênero, território e sexualidade.

O presente estudo se ancora nas reflexões sobre circulação e midiatisação, conforme desenvolvidas por autores como Verón (1993) e Fausto Neto (2010), para quem



Anais de Artigos
VII Seminário Internacional de Pesquisas
em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 7 (2025)

os sentidos não se fixam em pontos de origem, mas ganham vida nos circuitos de apropriação, ressignificação e conflito. A proposta entende a circulação como um espaço privilegiado de disputa simbólica, onde coletivos subalternizados reconfiguram os modos de existir e de se fazer ouvir. Ao invés de identidades fixas e estáveis, observa-se a emergência de subjetividades em trânsito, constituídas no entrelaçamento entre práticas comunicativas e experiências sociais marcadas por múltiplas opressões.

A disputa por sentidos envolvendo essa população ocorre na medida em que confronta o sistema de valores associados aos gêneros masculino e feminino e às sexualidades no campo social, por meio da presença de corpos considerados "anormais" nos espaços midiáticos. Nesse contexto, plataformas digitais como Facebook, Instagram, Twitter e outras disponíveis na internet, por serem de "uso gratuito", possibilitam que os sujeitos difundam suas próprias representações por meio de produções fotográficas, audiovisuais e textuais. Essas representações circulam tanto nas mídias digitais quanto entre indivíduos e instituições, atuando nas subjetividades alheias e promovendo questionamentos ao sistema binário de sexo e gênero. Como afirma Fausto Neto, trata-se de uma "ordem interdiscursiva onde a circulação se aloja – como terceiro – e se oferece como um novo lugar de produção, funcionamento e regulação de sentidos" (2010, p. 8).

Neste trabalho, problematiza-se os processos de mediação nos quais os sujeitos LGBTQIAP+ estão inseridos, partindo da compreensão de que esses sujeitos respondem a dinâmicas sociais e são, ao mesmo tempo, parte e produto de um sistema social mediado que os posiciona em um lugar de subalternidade, seja em termos sociais, políticos e econômicos, seja no plano discursivo e simbólico em relação ao aparato hegemônico baseado na norma sexo-binária heteronormativa.

Para compreender esse processo de mediação, recorreu-se à definição de Fausto Neto:

A mediação se constitui a partir de formas e de operações sociotécnicas, organizando-se e funcionando com base em dispositivos e operações constituídas de materialidades e de imaterialidades. Seus processos de materialidades se passam em cenas



Anais de Artigos
VII Seminário Internacional de Pesquisas
em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 7 (2025)

organizacionais/produativas e em cenas discursivas. São em tais âmbitos que se realizam as possibilidades pelas quais a midiatização pode afetar as características e funcionamentos de outras práticas socioinstitucionais. (Fausto Neto, 2006, p. 10).

Assim, reconhecer o papel dos sistemas midiáticos nos processos sociais implica compreender sua capacidade de afetar práticas cotidianas e institucionais, ocupando um lugar central, de referência e de transversalidade no tecido social — como fontes de informação, entretenimento e construção de imaginários (Martín-Barbero, 2004 apud Fausto Neto, 2006).

No entanto, a população LGBTQIAP+ permanece à margem desses processos de midiatização, uma vez que os discursos produzidos pela mídia atravessam suas subjetividades e impõem pressões sobre a configuração de suas identidades sexo-gênicas. Essa influência midiática pode ser observada em diversas formas: nos referenciais de nomeação e representação que remetem a personagens de telenovelas; na marginalização cultural e social quando seus corpos aparecem mutilados nas seções policiais ou sensacionalistas dos meios de comunicação; ou ainda na espetacularização de suas corporalidades e subjetividades.

Nesse ambiente midiatizado, as populações sexo-gênero dissidentes interagem com as lógicas das mídias a partir de uma posição de marginalidade e marginalização, a partir da qual interpelam as condições de produção e reconhecimento (Verón, 1993), buscando construir sentidos mesmo em contextos de subalternização frente ao discurso de poder heteronormativo sustentado pelo sistema sexo-gênero binário homem-mulher. Então, afinal, que discursos essa população constrói? Para Verón, “qualquer que fosse o suporte material, o que chamamos um discurso ou um conjunto discursivo não é outra coisa senão uma configuração espaço-temporal de sentido” (1993, p. 127).

Acredita-se que ainda se está longe de alcançar uma interação em condições de igualdade entre as lógicas dos meios de comunicação e os diversos campos sociais, especialmente enquanto persistirem populações periféricas cujas produções de sentido



Anais de Artigos
VII Seminário Internacional de Pesquisas
em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 7 (2025)

seguem sendo invisibilizadas, anulando, de certo modo, essa rede significativa, como propõe Verón (1993).

Para analisar essas dinâmicas, o trabalho mobiliza o conceito de interseccionalidade, tal como formulado por Patricia Hill Collins (2021), como uma chave analítica capaz de captar as formas entrelaçadas de opressão que incidem sobre corpos dissidentes. No contexto dos coletivos LGBTQIAPN+, raça, gênero e classe não operam isoladamente, mas formam um sistema interdependente que molda tanto as vulnerabilidades quanto às formas de resistência. A noção de “coletivos interseccionados” parte, assim, do reconhecimento de que a luta por visibilidade e dignidade exige a articulação de múltiplos marcadores sociais, especialmente em contextos de profunda desigualdade estrutural, como o brasileiro.

Apesar das especificidades dos marcadores de raça e sexualidade, Collins (2022a) destaca que o racismo e a LGBTfobia apresentam diversos pontos de intersecção. A autora evidencia essa proximidade ao refletir sobre as prisões e os armários como metáforas que conectam as experiências de raça e sexualidade. Dessa forma, racismo e heterossexismo convergem, uma vez que ambos se valem de mecanismos institucionais semelhantes para sustentar hierarquias raciais e sexuais, além de compartilharem práticas voltadas à disciplina social e à manutenção do status quo.

Com base nesses referenciais, o estudo tem como objetivo geral investigar como coletivos LGBTQIAPN+ organizados em rede produzem discursos, signos e estratégias de visibilidade que atuam na reconfiguração dos imaginários sociais e midiáticos. Especificamente, busca-se compreender como esses discursos tensionam as representações convencionais de gênero e sexualidade na mídia; analisar as formas de mediação cultural ativadas por esses coletivos nas redes sociais e em seus territórios de atuação; e interpretar a mobilização da identidade como um processo relacional, situado e performativo, profundamente marcado pela interseccionalidade.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base na análise semioprágmatica das formas de circulação midiática e dos processos de significação



Anais de Artigos
VII Seminário Internacional de Pesquisas
em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 7 (2025)

coletiva. O corpus empírico é composto por postagens e campanhas produzidas por coletivos LGBTQIAPN+ na rede social Instagram, além de registros de entrevistas abertas e publicadas com integrantes de três coletivos de base da Grande São Paulo e de Salvador. Os coletivos analisados são o “Bixa Nagô”, a “Coletiva Luana Barbosa” e o “AfroBapho”, cujas práticas comunicativas exemplificam estratégias de resistência estética, política e afetiva profundamente enraizadas em experiências interseccionadas e periféricas.

Ao mesmo tempo, o estudo problematiza as críticas contemporâneas ao “identitarismo”, muitas vezes formuladas a partir de uma perspectiva despolitizada ou universalizante. Tais críticas, ao deslegitimarem as lutas baseadas em marcadores sociais da diferença, ignoram o fato de que as identidades subalternizadas continuam sendo alvo de múltiplas formas de exclusão, violência e invisibilidade. Longe de representar um fechamento ao outro ou um tribalismo político, os coletivos analisados demonstram que a interseccionalidade pode ser mobilizada como uma ética de cuidado, solidariedade e cooperação, que conecta lutas diversas por justiça social e ambiental.

A crítica ao identitarismo, nesse sentido, deve ser feita não para anular as diferenças, mas para evitar sua reificação e abrir espaço para alianças políticas mais complexas e transformadoras. Os coletivos LGBTQIAPN+ operam nesse registro, articulando demandas por reconhecimento com práticas de redistribuição, acolhimento e recomposição dos vínculos sociais. Suas ações comunicativas são marcadas por linguagens plurais — que incluem o corpo, a estética, a memória, o humor, a oralidade e a performance, e que desafiam as formas tradicionais de fazer política e de contar histórias.

Assim, a proposta deste trabalho é contribuir para a compreensão dos modos como os coletivos LGBTQIAPN+ em rede produzem práticas comunicativas insurgentes que reposicionam as identidades dissidentes nos fluxos da circulação midiática. Contra a lógica totalizante da representação hegemônica e os riscos de esvaziamento da diferença em nome da tolerância liberal, esses coletivos apontam para a possibilidade de uma



comunicação decolonial, ética e afetiva, que reconhece a pluralidade de saberes, corpos e modos de existir. Ao inventarem novas formas de habitar o mundo e de significar a experiência coletiva, eles nos convidam a imaginar outras formas de democracia, de comunidade e de humanidade — menos hierárquicas, menos normativas e mais visíveis.

2. Coletivo Afro Bapho

Criado em 2015 na periferia de Salvador (BA), o Coletivo AfroBapho surge como uma iniciativa artística, política e educativa protagonizada por jovens negros LGBTQIAPN+ que desafiam, por meio das artes integradas, os discursos normativos sobre corpo, gênero e sexualidade. Atuando com linguagem performativa, audiovisual e ativismo digital, o coletivo tem como proposta central articular arte e antirracismo como formas de resistência e emancipação simbólica de corpos dissidentes, sobretudo periféricos.

Segundo o próprio grupo, o AfroBapho "é uma plataforma de protagonismo negro LGBTQIA+ que une arte, cultura e comunicação como instrumentos de transformação social, partindo da vivência de seus integrantes" (IMS, 2023). A proposta ganha materialidade em projetos como espetáculos performáticos, oficinas, podcasts e campanhas digitais, consolidando uma gramática própria pautada pela ancestralidade, afetividade e corporeidade. A atuação do coletivo reflete uma perspectiva decolonial que visa reinscrever as identidades negras e queer em um campo de enunciação antes negado pelas mídias hegemônicas.

No contexto deste trabalho, o AfroBapho é compreendido como um polo de mediação cultural, conforme definido por Martín-Barbero (2004), isto é, como uma instância que traduza os sentidos entre sistemas culturais distintos, reconfigurando o lugar dos sujeitos subalternos nas tramas midiáticas. Ao disputar sentidos no espaço digital, especialmente em plataformas como Instagram, TikTok e YouTube, o coletivo performa uma pedagogia da imagem e do corpo dissidente, promovendo reapropriações simbólicas que desestabilizam o sistema cisheteronormativo de representação.



Essa atuação se insere no processo mais amplo de midiatização, tal como conceituado por Fausto Neto (2006, 2010), como um fenômeno sociotécnico que articula materialidades (como vídeos, posts, fotografias, sons) e imaterialidades (discursos, sentidos, afetos). As práticas do AfroBapho, ao ocuparem esses dispositivos, operam como estratégias de subversão semiótica e política, instaurando um novo regime de visibilidade para corpos racializados e dissidentes de gênero. Como ressalta Fausto Neto, “a midiatização pode afetar as características e funcionamentos de outras práticas socioinstitucionais” (2006, p. 10), como ocorre quando o coletivo intervém nas narrativas sociais e midiáticas sobre juventude negra e LGBTQIAPN+.

Nessa perspectiva, a circulação dos sentidos produzidos pelo AfroBapho se dá em uma lógica interdiscursiva e insurgente, conforme aponta Verón (1993), segundo o qual o discurso “é uma configuração espaço-temporal de sentido”, sempre aberta à resignificação. Ao se apropriar das tecnologias digitais como meio de expressão, o coletivo rompe com as fronteiras instituídas entre arte e política, entre estética e ética, produzindo uma linguagem comunicativa marcada por elementos performativos e por uma crítica às hierarquias coloniais de saber.

A abordagem interseccional adotada por esse coletivo, mobilizando simultaneamente raça, classe, gênero e território, ecoa as reflexões de Patricia Hill Collins (2021) ao propor que os marcadores sociais não operam de forma isolada, mas se entrelaçam para produzir estruturas complexas de opressão e resistência. Ao mesmo tempo em que denuncia a violência institucional sofrida por corpos negros e dissidentes, o AfroBapho promove experiências de cuidado e coletividade que tensionam a lógica liberal da tolerância abstrata, defendendo uma política do afeto e da ancestralidade.

Como destaca Collins (2022a), o racismo e o heterossexismo compartilham estruturas de disciplinamento social. Ao performar novas formas de existência, o AfroBapho questiona justamente essas estruturas, oferecendo não apenas denúncia, mas também alternativas possíveis de ser e estar no mundo. Seus trabalhos artísticos e pedagógicos se constituem como espaços de elaboração simbólica de mundos outros,



Anais de Artigos
VII Seminário Internacional de Pesquisas
em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 7 (2025)

reposicionando seus sujeitos em um regime comunicacional que se pretende mais plural, ético e inclusivo.

Dessa forma, ao ocupar espaços como exposições, mostras e plataformas de grande circulação, como a própria participação no projeto IMS Convida, o AfroBapho amplia as fronteiras de sua ação política e estética. Em lugar de esperar representação nos meios tradicionais, o coletivo age como produtor de discursos e estéticas próprias, uma verdadeira agência comunicacional que disputa os regimes de sensibilidade vigentes, criando brechas para o surgimento de novos imaginários sociais.

As produções audiovisuais mais recentes do Coletivo AfroBapho, especialmente aquelas veiculadas no projeto *IMS Convida*, evidenciam práticas comunicativas insurgentes que podem ser compreendidas sob a perspectiva sociopragmática. O coletivo lançou o videoclipe “Corpos musicados”, um medley que integra composições autorais de Di Cerqueira, Vittor Adél e As Mambas. A obra articula música, dança e discurso antirracista para projetar corpos negros dissidentes como *afrociborgues*, isto é, sujeitos híbridos que mobilizam tecnologias digitais, ancestralidade e performatividade como dispositivos de reexistência. Nesse sentido, o videoclipe não apenas comunica uma mensagem, mas institui, por meio de suas formas expressivas, um regime alternativo de sensibilidade, no qual a corporeidade dissidente se inscreve como linguagem política e estética.

O vídeo “Corpos Monxtração: MONXTRA AFROCYBORG” aprofunda esse repertório visual e simbólico ao explorar a construção de personas por meio de maquiagem, modificações corporais e performances audiovisuais. De acordo com o próprio coletivo, “a monxtruosidade enquanto linguagem surge do anseio emergencial em perceber como os atravessamentos que o corpo dissidente, racializado e degenerado sofre” (IMS, 2020). A partir dessa proposição, o corpo é entendido não como essência, mas como superfície simbólica em disputa — perspectiva que encontra ressonância na abordagem sociopragmática ao reconhecer os sentidos como efeitos das práticas sociais de produção e circulação. Aqui, a performance se inscreve como uma tática de



Anais de Artigos
VII Seminário Internacional de Pesquisas
em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 7 (2025)

deslocamento simbólico, permitindo que corpos considerados “anômalos” ou abjetos assumam uma posição de enunciação afirmativa e radicalmente política.

Em setembro de 2020, o coletivo lançou o podcast BaphoAfro, cuja primeira edição contou com a participação da professora e pesquisadora Jan Góes (UFBA). Os episódios abordam temas como afrofuturismo, ativismo e os próprios corpos afrociborgues, configurando-se como espaços de oralidade insurgente. O uso do podcast como meio de circulação discursiva expande o campo da mediação cultural (Martín-Barbero, 2004), ao resgatar formas de saber tradicionalmente marginalizadas, como a escuta, o contar e o conversar, e reinscrevê-las em plataformas digitais, como Spotify e YouTube. A oralidade, nesse contexto, é ativada como tecnologia de resistência epistemológica, permitindo o entrelaçamento entre memória, afeto e crítica social.

Na mesma linha, o curta audiovisual “Manifesto MONXTRA AFROCYBORG”, também lançado no âmbito do IMS Convida, dá continuidade à proposta estética e política do coletivo. Em seus seis minutos de duração, a obra enuncia, por meio de performance, grito e sonoridade, uma convocação coletiva à liberdade corporal e identitária. Conforme define Malayka SN, integrante do coletivo, “Monxtração é um processo de criação artística que envolve a construção de personas... levando em consideração marcadores como raça, classe, sexualidade e direitos básicos, como o direito à vida” (IMS, 2020). A proposta estética do manifesto converge com a noção de mediação como processo que reorganiza práticas sociais a partir da lógica midiática (Hjarvard, 2008). Através do uso criativo das tecnologias audiovisuais e da reconfiguração de signos corporais, o coletivo torna visível uma política do corpo que opera no cruzamento entre o simbólico, o afetivo e o tecnológico.

A partir dessas produções, compreendidas como enunciados performativos situados em uma lógica interseccional, é possível observar como o AfroBapho opera como agente midiático. Tal como defende Hepp (2014), os sujeitos sociais, ao produzirem e disseminarem seus próprios conteúdos, participam ativamente da mediação da sociedade, transformando-se também em produtores de mediações que



interferem nos modos de vida e de representação coletiva. O coletivo AfroBapho, ao apropriar-se de plataformas digitais e desenvolver uma linguagem estética singular, transforma a mídiatização em um processo de insurgência comunicacional.

3. Coletivo Bixa Nagô

O Coletivo Bixa Nagô, fundado por Ezio Rosa, é uma iniciativa sociocultural que atua nas encruzilhadas entre arte, negritude, dissidência sexual e território periférico. Com base em São Paulo, suas ações articulam experiências estéticas e políticas centradas nas vivências de corpos LGBTQIA+ negros e periféricos. Por meio de intervenções urbanas, rodas de conversa, performances, oficinas e festas públicas, o coletivo constrói narrativas contra-hegemônicas que disputam os sentidos normativos de gênero e sexualidade, evidenciando o papel da arte como mediação cultural insurgente.

Ao promover eventos como o Festival Bixanagô — cuja terceira edição, em 2023, abordou temas como ISTs, HIV, sustentabilidade e criminalização da cultura periférica — o coletivo se afirma como agente de transformação social, conectando as pautas da saúde, da arte e da cidadania à realidade de jovens LGBTQIA+ da periferia paulistana. Trata-se de uma prática comunicacional que, conforme argumenta Rosane Borges (2017), desafia os silêncios impostos às subjetividades negras e dissidentes e constrói dispositivos simbólicos de emancipação.

As práticas do Bixa Nagô podem ser compreendidas como formas de “tradução cultural”, no sentido proposto por Stuart Hall (2003), pois rearticulam identidades e experiências a partir de um processo contínuo de negociação de significados. Os eventos realizados pelo coletivo — como o “rolezinho preto LGBT” na zona leste de São Paulo, transformam o espaço urbano em arena de visibilidade política e reivindicação de pertencimento, ressignificando os códigos culturais dominantes e subvertendo a ordem simbólica da cidade.



No campo da comunicação, a atuação do coletivo evidencia um deslocamento das lógicas tradicionais de mediação vertical, como nas mídias de massa, para práticas horizontais de comunicação comunitária, com base em redes digitais, performances públicas e estratégias afetivas. Como observa Néstor García Canclini (2005), as práticas culturais contemporâneas são marcadas pela hibridez e pela articulação entre múltiplas temporalidades e linguagens, o que se reflete nas performances e postagens digitais do Bixa Nagô, onde ancestralidade, cultura pop, ativismo e autocuidado se entrelaçam.

Além disso, é possível compreender a atuação do coletivo como forma de “estética da existência”, conceito cunhado por Michel Foucault (1984), que se refere à construção de si como obra e prática política. No Bixa Nagô, essa estética é incorporada por meio da maquiagem, da performance, das visualidades negras queer e da celebração das corporalidades dissidentes como potência e não como desvio. Tal movimento confronta as epistemologias coloniais que associam a negritude à ausência ou à abjeção, resgatando sua beleza e dignidade como fundamentos ontológicos e políticos.

Ao promover ações formativas sobre prevenção de ISTs e HIV voltadas a jovens LGBTQIA+ da periferia, o coletivo também ressignifica o conceito de educação popular e libertária, nos moldes propostos por bell hooks (1994). Para ela, ensinar e aprender são atos políticos de resistência, sobretudo quando promovem a valorização das diferenças e o reconhecimento das experiências como fonte legítima de saber. O Bixa Nagô ensina sem cátedra, pela vivência, pelo corpo e pelo afeto — propondo uma pedagogia dissidente do cotidiano.

Na linguagem audiovisual utilizada pelo coletivo, é possível notar a adoção de uma estética do excesso, da cor e do brilho como elementos que rompem com a lógica minimalista e normatizadora das narrativas hegemônicas. A estética do Bixa Nagô celebra o “demasiado” como estratégia de visibilidade e afirmação. Em diálogo com José Esteban Muñoz (2009), que propõe a ideia de uma “utopia queer”, o coletivo materializa na festa, no desfile, na performance e no encontro a possibilidade de um mundo em que as identidades não precisem mais ser ocultadas ou negociadas para existir.



A força do Bixa Nagô está em transformar a arte em um instrumento de disputa simbólica e política, acionando linguagens que vão do corpo à palavra, da performance ao vídeo, da festa à denúncia. Em seus eventos e intervenções, não se trata apenas de representar sujeitos dissidentes, mas de reposicioná-los como protagonistas de suas próprias narrativas. O coletivo rompe com a lógica de uma identidade única e fixa, promovendo um repertório diverso de vivências, expressões e modos de existir que desafiam as classificações normativas de gênero, sexualidade e raça.

As ações promovidas pelo coletivo também propõem novas formas de coletividade. Ao invés de uma militância baseada exclusivamente na denúncia ou na institucionalização das pautas, o Bixa Nagô aposta na criação de vínculos afetivos, espaços de escuta, acolhimento e celebração. É na junção entre o cuidado e a política, entre o cotidiano e a criação estética, que o grupo constrói um território simbólico de resistência e pertencimento. O afeto, nesse caso, não é dissociado da luta, mas sim o motor de uma política que se sustenta na partilha das dores e das alegrias comuns.

Além disso, ao atuar dentro e fora das redes, o Bixa Nagô demonstra como a comunicação pode ser mobilizada de forma estratégica para potencializar vozes historicamente silenciadas. Suas produções circulam com força nas mídias sociais, alcançando públicos diversos e conectando experiências locais a debates mais amplos sobre justiça social, equidade e reconhecimento. Nesse processo, o coletivo não apenas ocupa espaços, mas os ressignifica, mostrando que a periferia é também lugar de invenção, potência e transformação cultural.

Nesse movimento de criação e expressão, o Bixa Nagô também incorpora uma estética da existência, entendida como a construção da própria vida como obra e prática de liberdade. Cada performance, visualidade, gesto e enunciação promovida pelo coletivo é atravessada por uma escolha consciente de viver de forma dissidente, em confronto com as normas que buscam domesticar corpos e subjetividades. Ao estilizar suas existências por meio da arte, da festa, da palavra e da presença nos territórios periféricos, o coletivo



desafia os modos instituídos de ser e habitar o mundo, afirmando que existir fora da norma é, também, um projeto estético, ético e político.

4. Coletivo Luana Barbosa

A Coletiva Luana Barbosa surge em 2016 como resposta à brutalidade do Estado contra corpos negros, lésbicos e periféricos, tendo como ponto de origem a memória de Luana Barbosa dos Reis Santos, mulher negra e lésbica assassinada pela Polícia Militar de São Paulo em Ribeirão Preto. Sua morte, causada por espancamento durante uma abordagem policial, mobilizou ativistas e coletivos em todo o país, tornando-se símbolo da violência estrutural contra corpos dissidentes. Nesse contexto, a criação da Coletiva Luana Barbosa representa um ato de insurgência simbólica e política, transformando o luto em luta, a dor em linguagem política e a memória em ato performativo.

Composta por mulheres negras, lésbicas e bissexuais das periferias de São Paulo, a coletiva atua em interseções entre gênero, raça, sexualidade e território, adotando a cultura como vetor de mobilização política e reconstrução de subjetividades. Uma de suas ações mais significativas é a realização da festa “Sarrada no Brejo”, evento cultural exclusivo para mulheres lésbicas e bissexuais negras, que se configura como espaço seguro de celebração e resistência. Por meio da festa, a coletiva promove a reocupação dos espaços de lazer e visibilidade para identidades que historicamente foram empurradas às margens da sociedade e da representação midiática.

A atuação da Coletiva Luana Barbosa pode ser compreendida à luz das mediações culturais (Martín-Barbero, 2004), que não operam apenas como filtros de mensagens, mas como zonas de produção simbólica, em que sujeitos subalternizados apropriam-se das tecnologias e dos discursos para reconfigurar sentidos. Ao produzir imagens, vídeos e textos que circulam nas redes sociais como o Instagram, a coletiva disputa sentidos, contesta a cisheteronormatividade e constrói narrativas centradas na potência dos afetos, da ancestralidade e da coletividade.



Os autores Carvalho e Lage (2012) argumentam que a midiatização configura uma “nova ordem comunicacional”, que não apenas reorganiza a sociedade em torno da lógica midiática, mas provoca mudanças reflexivas dentro da própria mídia. Sob essa ótica, a mídia deixa de ser mero transmissor de informação para se tornar um participante ativo na dinâmica social, incorporando feedbacks recebidos do público e das tecnologias que os atravessam. O caráter reflexivo desse fenômeno reflete a ideia de Giddens (1991) sobre a modernidade: estamos sempre reexaminando nossas práticas conforme novas informações circulam sobre elas.

A partir dessa perspectiva, a midiatização não significa apenas que a mídia influencia os demais processos sociais, mas que ela própria é renteada por essas transformações. Carvalho e Lage registram uma crescente “diluição de fronteiras” entre produtores e receptores, com o surgimento de “zonas de pregnância” em que o público se torna coautor de conteúdos e intervenções narrativas. Esse rearranjo implica que os jornalistas, antes vistos como donos do discurso, agora operam em um ecossistema comunicacional onde suas pautas e formatos são continuamente reconfigurados por interações em redes sociais, plataformas e ambientes colaborativos.

Essa reflexividade comunicacional não é exclusiva do campo jornalístico tradicional. Coletivos como a Coletiva Luana Barbosa, também se inserem nesse ecossistema midiatizado e passam a desempenhar papéis de mediação cultural e política ao produzir narrativas próprias. Como destacam Carvalho e Lage (2012), os processos de midiatização implicam “interações complexas entre as práticas sociais e os formatos midiáticos”, e isso se evidencia quando grupos subalternizados se apropriam das linguagens das mídias para subverter os regimes de visibilidade impostos por elas. Ao tensionarem os códigos do jornalismo e das plataformas digitais, esses coletivos também produzem seus próprios mecanismos reflexivos de mediação, deslocando os centros de enunciação e visibilidade.

Nesse sentido, a midiatização não deve ser compreendida apenas como um processo de institucionalização midiática da vida social, mas como um campo de disputa



simbólica em que diferentes atores, inclusive aqueles historicamente marginalizados, reivindicam a capacidade de narrar, representar e afetar. A ideia de “zonas de pregnância” proposta pelos autores (Carvalho & Lage, 2012) ajuda a pensar esses coletivos como agentes que não apenas reagem às narrativas hegemônicas, mas instauram zonas de criação de sentido, onde discursos contra-hegemônicos podem circular com força performativa. Isso é visível nas práticas da Coletiva Luana Barbosa, que, ao promover eventos como a festa “Sarrada no Brejo” e campanhas de memória de Luana, mobiliza estética, afeto e política como linguagens de resistência e ressignificação.

Ao colocarem em cena corpos dissidentes, vozes periféricas e estéticas insurgentes, esses coletivos desafiam o monopólio discursivo das instituições midiáticas e instauram novas gramáticas públicas. Tal como observam Carvalho e Lage (2012), a midiatização reflexiva amplia os horizontes de produção de sentido ao permitir que os agentes sociais reconfigurem os modos de visibilidade e legitimidade discursiva. Assim, os coletivos LGBTQIAP+ não apenas resistem ao apagamento histórico e simbólico, mas também redesenham os próprios contornos da esfera pública, afirmando que a mediação é também um ato político de reinvenção dos possíveis.

5. Considerações finais

O presente trabalho evidencia que os coletivos LGBTQIAPN+ organizados em rede desenvolvem práticas comunicativas insurgentes que reposicionam as identidades dissidentes nos fluxos da circulação midiática. Ao tensionarem os discursos hegemônicos da mídia tradicional — baseados em normas cisheteronormativas, racismo estrutural e epistemicídio simbólico, esses coletivos constroem contra-narrativas que afirmam novas formas de existência, resistência e reconhecimento. Longe de entenderem a identidade como uma essência fixa, os coletivos analisados operam com uma concepção relacional, performativa e coletiva, marcada por atravessamentos de raça, gênero, classe, sexualidade e território. Assim, o estudo contribui para a compreensão de que as identidades



Anais de Artigos
VII Seminário Internacional de Pesquisas
em Mídiação e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 7 (2025)

LGBTQIAPN+ são processos em constante reinvenção, constituídos na articulação entre práticas culturais, afetivas e políticas.

A partir da análise dos coletivos AfroBapho, Bixa Nagô e Coletiva Luana Barbosa, nota-se a emergência de discursos que desafiam os modos tradicionais de visibilidade midiática, propondo regimes alternativos de sensibilidade, pertencimento e comunidade. As performances, visualidades e estratégias discursivas desses grupos demonstram como a mediação cultural, longe de ser apenas um filtro neutro, se constitui como zona produtiva de sentidos, onde signos e discursos são apropriados, reconfigurados e ressignificados. Essa perspectiva amplia o entendimento da mediação como fenômeno sociotécnico (Fausto Neto, 2006; Verón, 1993), ao evidenciar que os sujeitos subalternizados também produzem mediações e agenciam sentidos a partir de suas próprias territorialidades e afetos.

Entre as principais contribuições dos achados, destaca-se a crítica à ideia de neutralidade midiática. O estudo mostra que, sob o pretexto de imparcialidade, os meios de comunicação tradicionais frequentemente reforçam padrões de invisibilização, estigmatização e controle sobre corpos dissidentes. Em contraponto, os coletivos em rede acionam linguagens plurais, como o corpo, a estética, a performance, a memória, a oralidade e o humor para construir narrativas que desestabilizam o sistema binário de sexo e gênero. Essa pluralidade discursiva também revela a potência política do afeto e da ancestralidade como elementos estruturantes de uma nova gramática de existência, que mobiliza práticas de cuidado, solidariedade e cooperação.

Outro ponto relevante é o modo como esses coletivos se apropriam das tecnologias digitais para instaurar zonas de pregnância (Carvalho & Lage, 2012), disputando os regimes de visibilidade nas plataformas e subvertendo os formatos narrativos estabelecidos. Essa apropriação tecnológica não apenas reposiciona os sujeitos dissidentes como protagonistas de suas próprias histórias, mas também amplia o escopo da mediação como campo de disputa simbólica, onde a reflexividade social se torna



um elemento fundamental da comunicação contemporânea. Nessa perspectiva, a mediação não é compreendida apenas como influência dos meios sobre a sociedade, mas como um ecossistema dinâmico em que múltiplos atores, inclusive os historicamente marginalizados, intervêm, criam e transformam sentidos.

Referências

BORGES, Rosane. Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 2017.

CANCLINI, Néstor García. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CARVALHO, CA., and LAGE, L. Mediação e reflexividade das mediações jornalísticas. In: MATTOS, MA., JANOTTI JUNIOR, J., and JACKS, N., orgs. Mediação & mediação [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 245-269.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Trad. de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Política sexual negra: afro-americanos, gênero e o novo racismo. Trad. de Ana Carolina Correia Santos das Chagas. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022a.

FOUCAULT, Michel. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Tradução de Magda Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HEPP, Andreas. *Cultures of Mediatization*. Cambridge: Polity Press, 2014.

HJARVARD, Stig. The mediatization of society: a theory of the media as agents of social and cultural change. *Nordicom Review*, v. 29, n. 2, p. 105-134, 2008.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Sandra Regina Haydu. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1994.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.



Anais de Artigos
VII Seminário Internacional de Pesquisas
em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 7 (2025)

MUÑOZ, José Esteban. *Cruising utopia: the then and there of queer futurity*. Nova York: NYU Press, 2009.

FAUSTO NETO, Antônio. A circulação além das bordas. *Mediatización, Sociedad y Sentido: Diálogos Brasil y Argentina*. Rosario: UNR, 2010, p. 2-17.

VERÓN, Eliseo. *La semiosis social. Fragmentos de una teoría de la discursividad*. Barcelona: Gedisa, 1993.